CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903

PROCESSO CEE Nº : 711/92
 INTERESSADA : Neyde do Amaral Rodrigues
 ASSUNTO : Equivalência de Estudos em Nível de 1º Grau
 RELATOR : Cons. Jorge Nagle
 PARECER CEE Nº 1090/92 - CEPG - APROVADO EM: 16/09/92

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO

1.1. A Sra. Neyde do Amaral Rodrigues dirige-se diretamente ao Conselho Estadual de Educação solicitando a equivalência, ao nível de conclusão de 1º grau, dos estudos realizados na Escola de Enfermagem da "Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado de São Paulo".

1.2. Ao final do Curso de dois anos, recebeu o respectivo certificado, tendo cursado as seguintes disciplinas, além das específicas do Curso de Enfermagem:

a) DISCIPLINAS	AULAS	
	1ª série	2ª série
Português	142	143
Matemática	118	119
História	29	29
Geografia	29	29
Ciência Físicas e Biologia	29	34
Educ.Moral e Cívica	66	--

b) PRATICAS EDUCATIVAS

	1ª série	2º série
Educação Física	99	99
Educação Religiosa	--	--
Educação Artística	--	--

PROCESSO CEE Nº 711/92

PARECER CEE Nº 1090/92

1.3. Foram anexados aos autos os seguintes documentos:

- requerimento da interessada
- xerox de Registro no Conselho Federal datado de 05/01/78.
- xerox de Registro no Conselho Federal de Enfermagem e no Conselho Regional de Enfermagem, datado em 07/04/78.
- xerox de Registro na Coordenadoria de Saúde da Comunidade, Divisão do Exercício Profissional, datado de 02/09/77.
- Certificado de Auxiliar de Enfermagem concluído em 1974.

2. APRECIÇÃO

2.1. Neyde do Amaral Rodrigues apresentou Certificado de conclusão do Curso de Enfermagem, emitido pela Escola de Enfermagem da "Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado de São Paulo", curso esse autorizado pela Portaria Ministerial 450/51 e reconhecido pelo Decreto 37.377/55.

2.2. Este Colegiado manifestou-se sobre pedido da espécie em vários Pareceres, dentre os quais destacamos: Parecer CEE nº 1522/75 e Parecer CEE 470/84.

2.3. Aliás, diz este último Parecer:

"Este Conselho já se pronunciou em casos semelhantes aos do presente, isto é, de questionamento quanto à possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, sem a exigência de conclusão do ensino de 1º grau, aos egressos do antigo Curso de Auxiliar de Enfermagem, realizados nos termos do estabelecido pelo Decreto Federal nº 27.426, de 14/11/49, que regulamenta a Lei Federal nº 775 de 06/08/49."

PROCESSO CEE Nº 711/92

PARECER CEE Nº 1090/92

2.4. A partir da Lei Federal nº 5692/71, os cursos técnicos passaram a ser ministrados em nível de 2º grau, portanto, exigiam dos candidatos conclusão do ensino de 1º grau ou estudos equivalentes.

2.5. A Resolução CFE 02/72, que estabelece os mínimos a serem exigidos nas habilitações profissionais, faz a seguinte ressalva no Parágrafo único de seu Artigo 13º

"Fica assegurada a validade dos estudos concluídos, até 1973, e , cursos técnicos não constantes do catálogo anexo mas que, nos termos da Lei 4.024/61 tenham tido seus currículos e duração regularmente aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais (g.n)."

2.6. O Parecer CFE 699/72, a respeito de habilitação profissional diz: "se o candidato apenas cobriu a parte profissional, total ou parcialmente, receberá certificado que o credenciará (habilitará) para o trabalho, sem direito ao prosseguimento de estudo, na esfera,regular."

2.7. Em caráter "emergencial", a título precário, a formação do Auxiliar de Enfermagem ao nível de 1º grau foi instituída pela Resolução CFE nº 08/77, que diz no seu Artigo 1º:

"A formação de Auxiliar de Exnfermagem pode ser feita a título transitório e emergencial, em face das condições sócio-econômicas regionais ou locais e para atender às exigências do mercado de trabalho, ao nível de 1º grau."

PROCESSO CEE Nº 711/92

PARECER CEE Nº 1090/92

3. CONCLUSÃO

Consideram-se equivalentes aos de nível de conclusão de 1º grau, os estudos realizados por Neyde do Amaral Rodrigues, na "Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira Filial do Estado de São Paulo", concluídos em 1974.

São Paulo, 26 de agosto de 1992.

a) Cons. Jorge Nagle
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, João Cardoso Palma Filho e João Gualberto de Carvalho Meneses.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 02 de setembro de 1992.

a) CONS. JOÃO CARDOSO PALMA FILHO
Presidente da CEPG

PROCESSO CEE Nº 711/92

PARECER CEE Nº 1090/92

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de setembro de 1992.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente